

DIÁLOGOS COM A GESTÃO EDUCACIONAL DE SÃO JOÃO DEL-REI/MG ¹

Luana Rangel Bouza²
Vitória Gabriela Oliveira Melo³
Ana Luiza Silva⁴
Ana Maria Batista Evangelista⁵
Kelly Regina Soares de Oliveira⁶
Leticia Adriana Ribeiro⁷
Mônica Aparecida de Santana⁸
Karina Klinke⁹

Resumo: O projeto de extensão teve por objetivo geral colaborar para com a gestão educacional participativa no sistema público de ensino de São João del-Rei e, como objetivos específicos: dialogar com profissionais da educação básica que assumem função administrativa no serviço público, e membros do Conselho Municipal de Educação; estudar, coletivamente, situações-problema à gestão democrática, definida na legislação sobre educação; estudar referencial bibliográfico sobre a práxis gestora; refletir sobre a prática gestora com vistas à uma gestão mais participativa. Fundamentada na hermenêutica dialética, utilizou o método dialógico e teve como procedimentos as etapas da técnica de investigação-ação educacional: Planejamento Participativo, Ação, Observação e Reflexão, com proposição coletiva. O público-alvo interno foi composto por graduandas de Pedagogia: bolsistas e voluntárias, que inclui estagiárias em Estágio Supervisionado em Gestão Educacional. Os público-alvo externo foi composto por: profissionais da educação básica que ocupam cargos administrativos em serviço público municipal e estadual; membros do Conselho Municipal de Educação de São João del-Rei. Por agregar pessoas de diferentes formações e profissões, foi interdisciplinar e interprofissional. O diálogo estabelecido entre os participantes internos e externos criou uma comunidade autorreflexiva, com indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, que impacta

¹Trabalho apresentado na XXII Semana de Extensão Universitária – SEMEX, do XXI Congresso de Produção Científica e Acadêmica da Universidade Federal de São João del-Rei.

²Graduanda do Curso de Pedagogia e bolsista do Projeto de Extensão Diálogos com a gestão educacional de São João del-Rei/MG, financiado por PIBEX/UFSJ.

³Graduanda do Curso de Pedagogia e bolsista financiada pela PROEX/UFSJ ao Projeto de Extensão Diálogos com a gestão educacional de São João del-Rei/MG.

⁴Graduanda do Curso de Pedagogia e voluntária do Projeto de Extensão Diálogos com a gestão educacional de São João del-Rei/MG.

⁵Graduanda do Curso de Pedagogia e voluntária do Projeto de Extensão Diálogos com a gestão educacional de São João del-Rei/MG.

⁶Graduanda do Curso de Pedagogia e voluntária do Projeto de Extensão Diálogos com a gestão educacional de São João del-Rei/MG.

⁷Graduanda do Curso de Pedagogia e voluntária do Projeto de Extensão Diálogos com a gestão educacional de São João del-Rei/MG.

⁸Graduanda do Curso de Pedagogia e voluntária do Projeto de Extensão Diálogos com a gestão educacional de São João del-Rei/MG.

⁹Coordenadora do Projeto de Extensão Diálogos com a gestão educacional de São João del-Rei/MG, do Curso de Pedagogia, do Departamento de Ciências da Educação.

na formação de estudantes e na transformação social, com vistas à participação crítica no sistema educacional local. Sua relevância foi aproximar a comunidade acadêmica, gestores públicos e conselheiros municipais de educação em uma interação dialógica.

Palavras-Chaves: Gestão educacional; Gestão pública; Conselho Municipal de Educação; São João del-Rei; dialogismo.

INTRODUÇÃO

A gestão democrática, ou participativa, é um dos princípios estabelecidos ao ensino público brasileiro, materializada tanto na Constituição da República Federativa do Brasil (1988) quanto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB (1996), como também é meta dos Planos Nacionais de Educação (2001-2011 e 2014-2024). Mesmo antes da LDB, “Minas Gerais foi um dos primeiros estados a garantir em sua Constituição Estadual de 1989 a gestão democrática do ensino, com adoção da indicação de diretor pela comunidade escolar como recurso para uma gestão democrática” (Alvarenga; Silva; Oliveira, 2022, p. 7). Por meio dela passou a formular políticas públicas educacionais “propondo uma Gestão Escolar Democrática através da participação dos seus professores e funcionários, pais e alunos em órgãos colegiados”. (Ibidem)

Em documento mais recente, a gestão democrática é uma das diretrizes do Plano Estadual de Educação (PEE) para o período de 2018 a 2027 que visa, em seu Art. 2º, inciso “VII – a promoção do princípio da gestão democrática da educação pública” (Minas Gerais, 2018, p. 1).

A Lei Orgânica do Município de São João del-Rei, de 1990, por sua vez, prevê em seu Art. 202: “A Educação deve ter como base os princípios da Democracia, da liberdade de expressão, da solidariedade e do respeito dos direitos humanos, com vistas ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Em 23 de julho de 1993 foi instituído o Conselho Municipal de Educação (CME), por meio da Lei nº 2.975/1993.

Desde então, a gestão democrática é um dos princípios estabelecidos no Plano Decenal Municipal de Educação (PDME), como uma “Gestão Democrática

Descentralizada” (São João del-Rei, 2007, 3.9, p/n) e, no Plano em vigor, é considerada “a necessidade e a importância de uma gestão democrática e participativa a qual irá favorecer uma cultura de planejamento visando a busca e a troca de experiências para a melhoria da qualidade e do ensino no município” (São João del-Rei, 2015, p. 13). Assim, os signatários do plano estabeleceram, como um de seus objetivos, “garantir mecanismos legais e operacionais que efetivem a gestão democrática da educação em todos os âmbitos da administração” (Idem, p. 37).

O processo de construção da gestão democrática é edificado com a implantação de processo eleitoral para a escolha dos dirigentes das escolas, a possibilidade de elaboração de projetos pedagógicos pela comunidade escolar, a criação e o fortalecimento de colegiados e conselhos. Há atualmente no Município de São João del-Rei os seguintes conselhos: Conselho Municipal de Educação; Conselho de Alimentação Escolar, uma das exigências do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e FUNDEB; além dos Conselhos Escolares. (São João del-Rei, 2015, p. 115)

A formação de professores para a Educação Básica na UFSJ, em cumprimento à legislação pertinente, e sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, agencia a Extensão Universitária em “um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade” (UFSJ, 2018, s/n).

Com base na referida legislação, o projeto de extensão buscou colaborar para com a participação social das comunidades através de diálogos e autorreflexão, com a perspectiva de contribuir para com a formação inicial e continuada de professores, em um processo de coparticipação, por meio do qual foi estabelecida uma *interação dialógica* (Freire, 1983), com a seguinte concepção: os participantes envolvidos, dotados de consciência e conhecimento sobre a realidade, contextualizada no momento da interação entre eles, analisaram-na e desenvolveram reflexões sobre diferentes possibilidades de participação em uma gestão democrática. Assim, diante de “uma situação

existencial dada, os sujeitos interlocutores se intencionam a ela, buscando, dialogicamente, a compreensão significativa de seu significado” (p. 62).

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento de diálogos, estudos, reflexões e elaboração de propostas com vistas à participação social na práxis gestora, foi utilizada a perspectiva da investigação-ação educacional, por ela consistir de

[...] um processo levado a cabo pelas pessoas que estão envolvidas numa situação particular; decorre no local da ação, tendo subjacente problemas do quotidiano profissional; tem em vista a melhoria de uma determinada situação, tendo subjacente o diagnóstico de um problema que se pretende modificar; implica uma estratégia reflexiva (Cardoso; Rego, 2017, p. 23).

Para tanto, incidiu em as seguintes etapas:

1. Planejamento Participativo: foi a ação organizada em encontros com membros da Secretaria Municipal de Educação de São João del-Rei, da Superintendência Estadual de Educação, com um diretor de escola pública da educação básica e com membros do Conselho Municipal de Educação, em que foram feitas adequações da proposta inicial à realidade da comunidade.

2. Ação: foi o momento de execução do planejamento em encontros com as equipes que aceitaram a parceria. Nesses, foram estabelecidos diálogos sobre os caminhos percorridos até o momento para a implementação da gestão democrática, definidas as situações-problema a serem estudadas e as demandas de estudos bibliográficos.

Com esta perspectiva cooperativa, a ação desenvolveu:

2.1 Estudo de situações-problema à implementação da gestão democrática, em que foram identificados empecilhos à efetiva participação da comunidade, com vistas à superação das dificuldades;

2.2 Estudos em Paulo Freire que subsidiaram a análise das situações-problema;

3. Observação: foi o momento de registro dos diálogos em diário de campo, transcrições de entrevistas, anotação das dúvidas e das proposições. Os diários serviram para acompanhamento tanto de extensionistas quanto de estagiários, pois a sistematização escrita “obriga a considerar a necessidade de

estabelecimento de um fio condutor que vá produzindo os sentidos e explicitando os significados” (Mizukami et al., 2002, p. 16).

4. Reflexão: foi a etapa retrospectiva em que, criticamente, os registrados foram rememorados e desenvolvidas discussões entre os participantes. Intercambiaram-se pontos de vista e os estudos desenvolvidos, para o planejamento e de novas ações, em continuidade ao projeto original.

DIÁLOGOS COM A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SME

O encontro transcorreu com a perspectiva de expandir a parceria já existente com a Universidade, desta vez com foco à gestão democrática. A conversa abordou as características das 20 escolas da rede municipal, que envolvem creches, escolas de educação infantil I e II, ensino fundamental e Educação de Jovens e Adultos (Prefeitura, 2025). Foram apontados como desafios à gestão: o financiamento à educação, a quantidade insuficiente de pessoal e a infraestrutura física (edificações, espaço físico, equipamentos e mobiliário).

A ideia de fortalecer a parceria com a Universidade, com foco na gestão participativa, abordou as seguintes questões: condições dos professores em serviço, como adoecimento e baixa autoestima de professores efetivos; formação variada de professores nomeados; e aperfeiçoamento de professores de Apoio Educacional Especializado (AEE).

A SME oferece formação continuada com encontros periódicos, trocas de experiências, palestras e cursos curtos para atualizar o pessoal. Esses são oferecidos conforme a demanda dos profissionais da educação, mas não têm continuidade. Foi indicado à parceria com a UFSJ, intervenções com foco na sensibilização sobre saúde mental e autoestima.

Foi considerada a criação de um programa permanente de formação continuada para acompanhamento da avaliação interna da escola e planejamento de ações com gestão participativa. O objetivo é reduzir a sobrecarga de trabalho, resolver conflitos e adequar a distribuição de funções entre Professores e Especialistas em Educação Básica da Carreira do Magistério Público Municipal.

DIÁLOGOS COM A SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO - SRE

A reunião teve como objetivo expandir a parceria já existente com a Universidade, agora com enfoque na gestão democrática. A discussão abordou as preocupações dos servidores da SRE em relação ao atendimento das demandas provenientes da Secretaria de Estado de Educação (SEE).

Os desafios para a gestão incluem financiamento da educação, infraestrutura escolar, direitos dos trabalhadores da educação e excesso de burocracia.

Sobre os desafios à gestão participativa, foi apresentada a dificuldade de comunicação da SEE com os profissionais das 40 escolas sob sua jurisdição, que abarca 19 municípios (SRE, 2022). No mesmo sentido foi apontada a dificuldade de diálogo dos profissionais entre as escolas, dada a distância que as separa e à sobrecarga de trabalho que enfrentam. Por isso, a SRE promoveu em 2024 dois encontros: um com Especialistas da Educação que atuam com funções administrativas e pedagógicas, e outro com professores. As vivências serviram para o conhecimento de ações bem-sucedidas e sobre as necessidades das escolas.

Como necessidade imediata foi discutido sobre a criação de um canal de comunicação entre a SRE e as escolas, e as escolas entre si, para que o diálogo fosse além de tratar as demandas emergentes. Como proposta de estender a parceria da Universidade com a gestão da educação estadual, foram planejados, coletivamente, encontros virtuais em grupos focais para discussão de experiências e carências das escolas estaduais, com profissionais voluntários. Também foi elaborado, por parte da equipe extensionista, um formulário on-line (Klinke; Bouza, 2024) com o objetivo de conhecer, previamente, a demanda de cada escola. O formulário foi disponibilizado à SRE, mas não houve devolutiva de sua aplicação. Foi demonstrado interesse em receber mais estagiários, dado à satisfatória experiência que têm com estudantes do Curso de Pedagogia em estágio, nas dependências da Superintendência.

DIÁLOGOS COM A DIREÇÃO DE ESCOLA PÚBLICA

Ao que se pôde observar em pesquisa documental desenvolvida em Iniciação Científica por membros da equipe extensionista (Melo; Bouza, 2024), que teve como parte do *corpus* documental relatórios de Estágio Supervisionado em Gestão Educacional, as escolas públicas São João del-Rei enfrentam muitos desafios para implementar uma gestão participativa, em que toda a comunidade se envolva efetivamente.

O diálogo transcorreu com o diretor de uma escola pública, voluntário. Os encontros aconteceram no prédio da escola, em diferentes espaços: secretaria, biblioteca, sala da direção e nos corredores. Isso porque ele circula diariamente em todos estes espaços, nos quais desempenha multitarefas, especialmente ocupado com a vida dos alunos e alunas. Esses, por sua vez, têm acesso livre a todos os ambientes supracitados e gozam de liberdade para conversar com o diretor em qualquer momento.

Em estágio supervisionado foi possível observar que em sua rotina, o diretor faz a chamada em sala de aula e sua chegada é aguardada como um momento de interação entre estudantes, professores e direção. É quando discutem as dificuldades e as possibilidades de superação. O mesmo acontece com familiares e responsáveis legais de alunos menores quando esses vão à escola ou mesmo por ligação telefônica.

Sobre a gestão participativa, o diretor afirmou seu intuito em manter proximidade e diálogo, mas apresentou como desafios latentes: a sobrecarga de trabalho, a falta de pessoal e o engessamento da administração pública, recorrente nos últimos anos. Ele avalia que tais desafios contribuem para com a falta de autonomia da gestão escolar e o excesso de trabalho burocrático no dia-dia de todos os profissionais da escola, o que, segundo ele, gera atritos nas relações interpessoais, que ficam desgastadas e adoecem as pessoas.

Considerou serem as maiores conquistas da escola durante a sua gestão, a participação em seis projetos da UFSJ, que proporcionaram apoio com financiamento público, e a conquista de respeito e confiança da comunidade. Para ele os projetos beneficiam não só alunos e professores, como toda a equipe de profissionais da escola e a comunidade, por promoverem intercâmbio de pessoas com diferentes perfis e aprendizados diversos.

Sobre as funções da direção escolar, reconhece que dizem respeito ao financiamento da educação, à administração pública e ao acompanhamento pedagógico, porém, afirma que age como pai, paramédico, psicólogo e assistente social, pois sua maior ocupação é com o bem-estar dos alunos. Por isso compartilha as demais funções com outros profissionais da escola.

Quando interrogado sobre o que facilitaria o convívio no ambiente da escola, ele pontuou que, para além de maior apoio por parte da gestão pública, seria o comprometimento de famílias e responsáveis legais com o desenvolvimento dos alunos que cursam os anos finais do ensino fundamental e o ensino médio. Explica que há tendência daqueles se fazerem presentes nos anos iniciais, mas com o desenvolvimento da autonomia dos adolescentes, constata abandono no acompanhamento da vida escolar do estudante, o que gera dificuldade de comunicação para a resolução de conflitos.

Em parceria, foi planejada uma intervenção com a participação de todos os profissionais da escola. Por meio de uma roda de conversa, o diálogo seria conduzido pela professora coordenadora do projeto extensionista e uma convidada, docente da área de psicologia da educação, que desenvolveriam dinâmicas com objetivo, respectivamente, de abordar a distribuição adequada de funções, e de mediação de conflitos.

A sobrecarga de trabalho gerada por atos burocráticos, a proximidade com o período de avaliações externas, a atribulada agenda dos profissionais da escola e a incompatibilidade de calendário acadêmico, inviabilizou a execução da intervenção planejada. Por isso, a direção se apresentou disposta a fortalecer a parceria em continuidade aos diálogos sobre a gestão democrática, em uma segunda versão deste projeto extensionista.

DIÁLOGOS COM O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CME

Os Conselhos Municipais de Educação são parte integrante da gestão democrática, por possibilitarem “a participação da sociedade civil na criação, condução, controle e acompanhamento da gestão pública sobre as diretrizes das políticas educacionais” (Miola; Costa, 2019, p. 5). Dois representantes da UFSJ

atuam no CME de São João del-Rei, entretanto, os estudantes de graduação têm escassa oportunidade de conhecer sua dinâmica.

Por isso, quatro graduandas voluntárias da ação extensionista tiveram a oportunidade de entrevistar duas pessoas que já foram membros efetivos do CME por mais de uma gestão, momento em que também assumiram a função de presidência do Conselho, e se voluntariaram a participar.

Ao rememorem as experiências vivenciadas no CME, destacaram a complexidade e a importância deste espaço de participação social. Contaram sobre a luta do Conselho por uma gestão mais representativa e democrática, que incluísse vozes de diferentes setores da comunidade escolar, por se constituir em um macrocampo político dentro da cidade, e um exemplo de como a sociedade civil pode influenciar positivamente as políticas educacionais.

Apresentaram os desafios em conquistar a participação da sociedade em uma perspectiva de gestão democrática, o que as fez questionar sobre sua própria inserção como profissionais da educação. Relataram que passaram pelo processo de criar um regimento novo para o CME, mas enfrentaram períodos de escassez de conselheiros, além de haver muito menos representantes da educação e mais do Poder Público, como previa a lei à época (São João del-Rei, 2015).

Contaram que alguns conselheiros, que foram nomeados por Portaria, pareciam ignorar sua indicação ao CME, e nunca foram às reuniões. Consideraram que advém disso a dificuldade de as reuniões terem *quórum*, mesmo porque um Conselho municipal também diz respeito à vontade política de fazer desse espaço um instrumento de controle social. O CME é um lugar articulador, mediador da relação da sociedade civil com o poder executivo público municipal e, em coparticipação, fiscaliza o cumprimento das políticas públicas.

Relataram que, mesmo com a baixa participação, sempre houve conselheiros empenhados em não permitir a extinção do CME, por isso vivenciaram idas e vindas, em que conseguiam avançar e logo sofriam algum revés. Exemplo disso é a situação dele não ter infraestrutura condizente com sua atuação, mesmo exista a Casa dos Conselhos, situada no bairro Matosinhos, onde funciona o Conselho de Assistência Social, mas até o momento não foi

aberto espaço para o funcionamento de outros conselhos. Por isso, a guarda de documentação, que deve ser mantida em um espaço público em que possa ser consultada, está ao encargo da UFSJ até o momento presente. Mas resiste à falta de estrutura física, de apoio e de financiamento próprio.

Entre os diversos aspectos em que o CME não contou com o apoio da gestão pública municipal, exemplificaram as visitas feitas às escolas, como consta em relatórios documentados. É o caso da Escola Municipal Maria Teresa que, em relatório de 2017, foram constatados, analisados e denunciados os problemas de infraestrutura que vieram à tona em 2024, e provocou seu fechamento temporário para reforma.

Relataram também que o Conselho é procurado para a solução de problemas emergenciais, como quando há prejuízo em planos de carreiras, falta de professor apoio, dentre outros. Nesses casos, o CME se mobiliza, denuncia, busca soluções. Entretanto, seu papel social antecede aos conflitos, posto que sua função é a de manter a população informada com vistas ao planejamento participativo, ao acompanhamento do serviço público e à busca de melhorias.

Em suas experiências como presidentes do Conselho, desenvolveram um movimento de mobilização social, por meio do qual as pessoas pudessem compreender sua importância, mas levaram dez anos para conseguir mudar legalmente a representatividade, o que envolveu os poderes públicos e a Câmara de Vereadores, em um processo de conscientização, “de luta”.

Consideram, por isso, que a homologação do decreto (São João del-Rei, 2024) que ampliou a representatividade da sociedade civil no Conselho, é uma vitória significativa desta luta, embora ainda considerem haver muitos desafios a serem superados.

Reforçaram a ideia de que a mudança na educação é possível, mas exige engajamento, persistência e a participação de todos, em uma cidadania ativa. Mais do que um conceito, a cidadania pode ter, com a participação em escolas públicas, colegiados e Conselhos, espaço de exercício e vivência democrática, em uma cidade educadora. Pois acreditam que a cidade é palco de movimentos de transformação, vivenciados por meio da inserção cidadã, crítica, o que a sociedade atual estimula pouco, dado o individualismo que impera.

Contam como exemplo de outras possibilidades de participação, o avanço das Tecnologias da Informação e Comunicação, porque em reuniões presenciais havia ainda menos participação. As pessoas nem sabiam que podiam participar. Alertaram que a comunidade pode e deve participar das reuniões, de forma presencial ou on-line, pois mesmo que não sejam conselheiras, com direito ao voto, todas as pessoas têm voz e são ouvidas no CME.

Alertaram também que, mesmo não sendo viável a todas as pessoas serem conselheiras, é possível participar em várias oportunidades, desde as rodinhas de conversa que acontecem no cotidiano das escolas, como em Associações de Pais e Mestres, ou em outros conselhos em que seja possível levantar a mão, opinar, pois a democracia é uma vivência, não uma abstração, é prática, é *práxis*.

A prática democrática, disseram, pode parecer distante para muitas pessoas, mas acreditam ser uma luta que vale a pena. Concordam com Paulo Freire em sua avaliação sobre os brasileiros serem inexperientes democraticamente e, por isso, acreditarem que não têm como alterar as condições da educação pública e outros aspectos da cidade. Tal crença conduz a comunidade a pensar que basta escolher pessoas que a represente, sem entender que podem participar de diversas outras formas. Aferem que, por isso, há uma certa apatia nas relações sociais, devido às pessoas não entenderem que o espaço delas é muito maior do que o espaço de sua casa.

Ao avaliarem sua trajetória no CME, entendem como a dedicação e o compromisso com a educação podem gerar impactos significativos, não apenas nas escolas, mas em toda a comunidade.

CONCLUSÃO

A pesquisa-ação educacional foi relevante para nossa proposta, por ela exigir a implicação, o compromisso, o envolvimento, a participação, a colaboração de todos; por permitir a procura de respostas para problemas identificados; e por favorecer a intervenção nas comunidades a que os atores pertencem, viabilizam a assunção de posições críticas e a proposição de processos de mudança nos ambientes compartilhados. (Baião, 2015)

A escuta ativa da equipe desta ação extensionista identificou como desafios à gestão democrática: a sobrecarga de trabalho dos profissionais da educação pública em todas as instâncias em que os diálogos aconteceram; essa, gerada pelo trabalho burocrático, que potencializa a eficiência com controle externo e, por isso, funciona mais como entrave à profissão do que como meio de desenvolver sua atuação; isso afeta as relações sociais internas às instituições, entre essas e as instâncias do poder público; como consequência, a participação na gestão pública diz mais sobre cumprir exigências do que uma ação cidadã; o que gera apatia e descrédito à práxis da gestão democrática.

Foram estes desafios que dificultaram uma atuação mais abrangente, como proposto no projeto de extensão, em que todos os participantes tivessem oportunidade de dialogar entre si. Os diálogos acontecerem entre a equipe universitária e os profissionais, dada a indisponibilidade de tempo para um envolvimento maior. Por isso, deste projeto terá continuidade em uma nova versão.

Apesar dos desafios compartilhados, os diálogos apontaram o anseio dos profissionais da educação em conquistar melhorias ao desenvolvimento de suas funções para com a comunidade. Mesmo sobrecarregados e com histórico de adoecimento recorrente em sua equipe de trabalho, demonstraram interesse em ampliar a parceria com a Universidade, pois todos tiveram experiências satisfatórias em projetos e programas anteriores ou em andamento.

Durante o desenvolvimento do projeto de extensão as graduandas em Pedagogia tiveram oportunidade de se aproximar dialogicamente de servidores públicos; conhecer diversos aspectos sobre o cotidiano do serviço público; ter acesso e analisar documentos antes desconhecidos; desenvolver a práxis reflexiva ao relacionarem documentos escritos coletados, diálogos e estudo bibliográfico; e elaborar hipóteses sobre as possibilidades de gestão democrática. Oportunidades que contribuíram para com a sua formação inicial como professoras pedagogas que visa, na UFSJ, prioritariamente, a qualidade de oferta do serviço público por meio da gestão democrática.

Como resultado dos diálogos estabelecidos, além de colaborar para com a formação inicial de professores, foram garantidas parcerias futuras. A SME

requereu mais diálogos para a elaboração de um programa de formação continuada de gestores. A SRE convidou mais graduandas para estágio supervisionado. O diretor da escola pública mantém contato com a equipe extensionista com vias a dar continuidade às ações planejadas durante os diálogos. O CME solicitou que mais graduandos sejam conselheiros efetivos e suplentes, os quais aceitaram o convite; além de convocar o corpo discente à participação em plenárias, para que suas vozes sejam ouvidas.

Conclui-se, em consonância com o questionamento de Paulo Freire (1983), “Extensão ou comunicação?”, que as ações extensionistas podem gerar conhecimento, construído nas relações com o mundo, que se transformam e se aperfeiçoam na problematização crítica destas relações. Pois quando a Universidade dialoga com a comunidade, não está levando o que julga saber a quem julga não saber, como ajuíza o senso comum. Por isso prima pela indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e, no caso desta ação, o fez através do diálogo estabelecido entre a comunidade acadêmica e a sociedade civil, pois, sem diálogo, não é possível alcançar o princípio da gestão democrática.

As autoras agradecem a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEX) que, por meio do Programa Institucional de Bolsas de Extensão da UFSJ – PIBEX 2024 – financiou esta ação extensionista e, por meio da utilização de recursos do Fundo de Extensão, concedeu mais uma bolsa.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, E. Q. de; SILVA, E. M. da; OLIVEIRA, R. de F. A democracia deliberativa na gestão escolar do Sistema Estadual de Ensino do Estado de Minas Gerais (Brasil): Um convite a novos olhares. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, 31(35), 2023.

BAIÃO, M. M.. A investigação-ação em educação e a melhoria da eficácia escolar. *Seminário em Investigação-Ação e Problemática de investigação em Liderança Educacional*. Universidade Aberta do Brasil: 25 anos, 2015.

CARDOSO, A. P.; REGO, B.. Metodologias de investigação na formação de professores: a investigação-ação e o estudo de caso. *In: MENEZES, L. et al.. Olhares sobre a Educação: em torno da formação de professores*. Viseu, PT: Escola Superior de Educação de Viseu (ESEV), 2017.

KLINKE, K.; BOUZA, L. R.. *Desafios da Gestão Escolar*. 2024. Disponível em: <https://forms.gle/hMyDwUotYZrm8biz6>. Acesso em 21 fev. 2025.

MIZUKAMI, M. da G. N., et al. *Escola e aprendizagem da docência: processos de investigação e formação*. São Carlos: EdUFSCar, 2002.

MINAS GERAIS. *Lei Ordinária nº 23.197, de 26 de dezembro de 2018*. Institui o Plano Estadual de Educação – PEE – para o período de 2018 a 2027 e dá outras providências. Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2018.

MIOLA, C.; COSTA, C. M. A.. *Conselhos Municipais de Educação: fortalecimento da gestão democrática*. Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa. Belo Horizonte, 2019.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* 7. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

PREFEITURA Municipal de São João del-Rei. *Escolas da Rede Municipal - Informações Atualizadas*. 2025. Disponível em: <https://saojoaodelrei.mg.gov.br/pagina/6568>. Acesso em 21 fev. 2025.

SÃO JOÃO DEL-REI. *Lei Orgânica do Município de São João del-Rei*. Câmara Municipal. 21 de março de 1990. Disponível em: https://fauf.org.br/wp-content/uploads/2017/05/lei_organica_municipio_sao_joao_del_rei.pdf. Acesso em: 23 jan. 2025.

SÃO JOÃO del Rei. *Lei nº 2.975 de 23 de julho de 1993*. Institui o Conselho Municipal de Educação. Disponível em: http://www.camarasaojoaodelrei.mg.gov.br/Salvar_arquivo_Leis.php?INT_ARQ=2523. Acesso em: 23 jan. 2025.

SÃO JOÃO del Rei. *Lei Ordinária nº 4.139 de 10 de agosto de 2007*. Plano Decenal Municipal de Educação, 2006-2015. Disponível em: http://www.camarasaojoaodelrei.mg.gov.br/Salvar_arquivo_Leis.php?INT_ARQ=1361. Acesso em: 3 out. 2024.

SÃO JOÃO DEL-REI. *Lei Ordinária nº 5.214 de 14 de dezembro de 2015*. Reestrutura o Conselho Municipal de Educação e, dá outras providências. Câmara Municipal de São João del-Rei, 2015. Disponível em: http://www.camarasaojoaodelrei.mg.gov.br/Salvar_arquivo_Leis.php?INT_ARQ=249. Acesso em: 3 out. 2024.

SÃO JOÃO DEL-REI. *Decreto nº 11.460, de 30 de outubro de 2024*. Nomeia Conselho Municipal de Educação e, dá outras providências. Prefeitura Municipal de São João del-Rei, 2024.

SRE São João Del Rei. *Escolas da Jurisdição por Município*. Revisão em 21 junho 2022. Disponível em: <https://sresjdelrei.educacao.mg.gov.br/index.php/home/lista-de-escolas>. Acesso em 21 fev. 2025.

UFSJ-Universidade Federal de São João del-Rei. *Extensão Universitária*. Atualizada em 23/03/2018. Disponível em: <https://ufsj.edu.br/extensao/>. Acesso em: 20 jan. 2025.